

TERMO ADITIVO / PR - 001/2005 AO
CONTRATO CT-PROINFA/PCH-008/2004
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS
ELÉTRICAS BRASILEIRAS
ELETROBRÁS E HIDROPOWER ENERGIA
S/A (PRODUTOR INDEPENDENTE
AUTÔNOMO)



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **HIDROPOWER ENERGIA S/A**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856, sala 107/A - Bairro: Bosque da Saúde, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 05.261.707/0001-75 e no Cadastro Fiscal do Estado de Mato Grosso sob o n.º 13.211.989-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO QUE :

I - A ELETROBRÁS, através da resolução RES-184/2004 da Diretoria Executiva, de 31 de março de 2004, e da Deliberação do Conselho de Administração DEL-038/2004, de 12 de maio de 2004, aprovou os modelos de contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE, a serem celebrados pela ELETROBRÁS com os participantes da 1ª Etapa do PROINFA;

II - Em 30 de junho de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/PCH-008/2004, empreendimento PCH Engenheiro José Gelásio da Rocha, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva - RES 009/2005, de 13 de janeiro de 2005.



III – O modelo deste termo aditivo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 978/2005, de 25 de outubro de 2005;

IV – A ELETROBRÁS está autorizada, pela Portaria do MME nº 452 de 28 de setembro de 2005, a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica para até 30 de dezembro de 2008, desde que observadas as características e peculiaridades de cada um dos contratos e sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários;



V – O PRODUTOR informou à ELETROBRÁS a nova DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, através de proposta de cronograma para aditivo contratual, aprovada pela ELETROBRÁS e protocolada na ANEEL;

VI – A DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL deve ser a data prevista para o início de funcionamento da última unidade geradora;

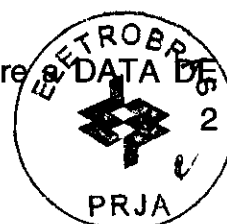
As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira :

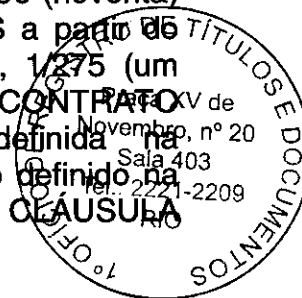
As Cláusulas do CONTRATO, passam a vigorar com a seguinte redação:

- I. **“CLÁUSULA 1ª – (...)**
19) **“DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL”:** 31 de janeiro de 2007, informado pelo PRODUTOR; (...)”
- II. **“CLÁUSULA 5ª – O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30 de janeiro de 2027, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL. (...)**”
- III. **“CLÁUSULA 16 – (...)**
c)atraso na DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL; (...)”
- IV. **“CLÁUSULA 17 – (...)**

PARÁGRAFO TERCEIRO –Caso a diferença entre



ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 90 (noventa) dias, o PRODUTOR deverá pagar à ELETROBRÁS a partir do 91º dia, a título de multa, por cada dia de atraso, 1/275 (um duzentos e setenta e cinco avos) do valor anual do CONTRATO correspondente à ENERGIA CONTRATADA, definida na CLÁUSULA 8ª do CONTRATO, valorada pelo preço definido na CLÁUSULA 10, reajustado conforme estabelecido na CLÁUSULA 12. (...)



PARÁGRAFO QUINTO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, além da multa prevista no PARÁGRAFO TERCEIRO desta CLÁUSULA, o PRODUTOR está sujeito à rescisão contratual e à penalidade prevista na CLÁUSULA 16, PARÁGRAFO QUINTO do CONTRATO CT-PROINFA/PCH-008/2004.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o atraso da DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL em relação à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL for devido a condições impostas no PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, o PRODUTOR não se sujeitará à aplicação das penalidades descritas nos PARÁGRAFOS desta CLÁUSULA.

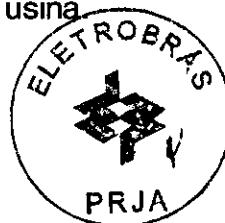
V. “CLÁUSULA 22”

b) assinar o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, com o ONS e/ou o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO com a CONCESSIONÁRIA ou PERMISSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, respeitando os prazos definidos na CLÁUSULA 16, alínea “p”; (...)

Cláusula Segunda:

O PRODUTOR deverá apresentar em até 90 dias após a assinatura deste termo aditivo, os seguintes documentos integrantes dos anexos estabelecidos na CLÁUSULA 2ª do CONTRATO CT-PROINFA/PCH-008/2004:

- a) Ato Autorizativo expedido pela ANEEL com o novo cronograma já anteriormente aprovado pela ELETROBRÁS e protocolado na ANEEL;
- b) CUST e/ou CUSD com as devidas alterações com referência à DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL da usina



Cláusula Terceira:

A fim de garantir o pagamento da multa prevista no parágrafo terceiro da CLÁUSULA 17, o PRODUTOR vincula e cede em garantia, em favor da ELETROBRÁS, em caráter irrevogável e irretratável, com validade até a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL do empreendimento, no montante de 5% do valor total do CONTRATO, uma das seguintes garantias:



I – Fiança bancária, preferencialmente conforme “Modelo A” do Anexo I deste termo aditivo; caso seja utilizado modelo padronizado pelo Banco, nele deverão ser inseridas, preferencialmente, as condições e determinações constantes do “Modelo A”, do Anexo I deste termo aditivo;

II – Seguro garantia, conforme a Circular SUSEP Nº 232, de 3 de junho de 2003, observadas as informações explicitadas no “Modelo B”, do Anexo I, deste termo aditivo.

Parágrafo Primeiro – O PRODUTOR deverá, no prazo de 180 dias, contados a partir da assinatura deste termo aditivo, prestar a garantia mencionada nos itens I ou II desta cláusula, sob pena de perda da eficácia deste termo aditivo.

Parágrafo Segundo – Se o empreendimento entrar em operação comercial na DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a ELETROBRÁS liberará a totalidade da garantia real prevista no *caput* desta cláusula. Caso ocorra atraso, a Eletrobrás liberará apenas a parte não executada da garantia, de acordo com o PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA 17.

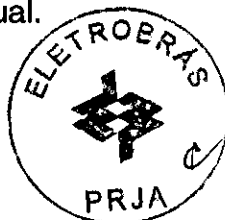
Cláusula Quarta:

É também parte integrante deste termo aditivo, constituindo um todo único e indissociável, a proposta de cronograma para aditivo contratual aprovada pela ELETROBRÁS.

Parágrafo primeiro - O não cumprimento dos itens previstos na proposta de cronograma para aditivo contratual acima mencionada resultará em notificação ao PRODUTOR.

Cláusula Quinta:

Ficam excluídos do CONTRATO o parágrafo sétimo da CLÁUSULA 17 e a CLÁUSULA 29, devendo ser feitas, se necessário, a respectiva correção na numeração do instrumento contratual.

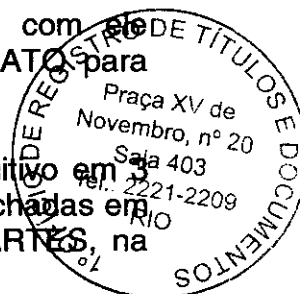


lw

Cláusula Sexta:

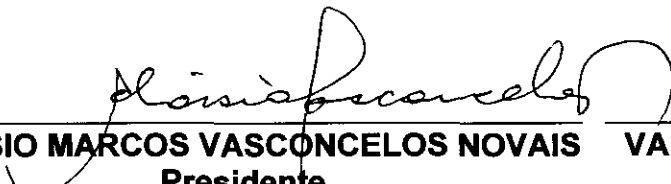
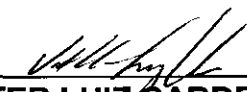
As partes, desde já, ratificam todos os termos e condições do contrato não expressamente modificados pelo presente termo aditivo ou que com ele conflitem. Este termo aditivo constitui parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

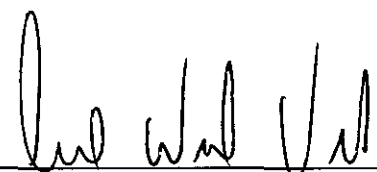


Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2005.

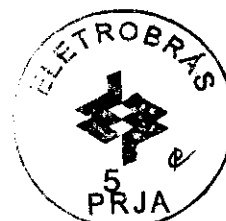
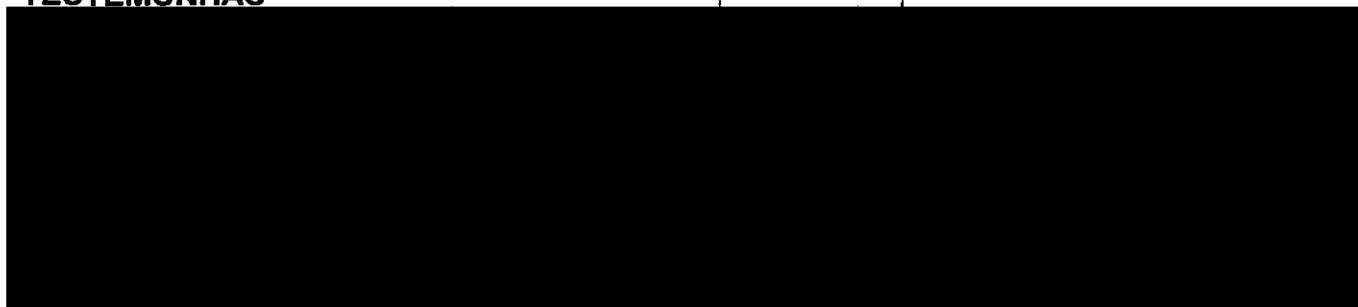
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS

	
ALOISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS	VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Presidente	Diretor de Engenharia

HIDROPOWER ENERGIA S/A


CAIO WEIL VILLARES
Vice-Presidente

TESTEMUNHAS



179 OFÍCIO DE NOTAS -- Res. Exo.: Abílio Vieira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro, 3806-1006.
 por semelhança a firma de: ALDO WEIL VILLARES
 Cod: 07508330F550
 Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2006. Cost. por:
 Em testemunho da verdade. Serventia
 20% P. Judicial
 Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

ARTÓRIO DO 17º
 Lino da Silva
 Silveira

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

40 RCPM e Tabelionato da Capital - Tabeliã: Priscilla Machado Soares Nilhomen
 Rua do Catete, 174 - Catete - RJ
 CEP:22220-000 Tel.: 2556-5113
 Reconheço por semelhança as firmas de: ALDISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS e
 VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, em documentos com valor econômico, dou fé.
 Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2005.
 Em Teste da verdade. Cod: (201300312131500028235)

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 1º TO
 IPV55493

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 120,03

Rio de Janeiro, 09/02/2006

☐ - Geraldo Calmon Costa Jr.
 Matr 86/8897 - Oficial Titular
☒ - Geraldo L Miranda B. Jr
 CTPS 768856/822 - Jo. Of. Subst.
☐ - Carlos de Souza
 CTPS 78596/895 - Jo. Of. Subst.
☐ - Bernardino Carvalho
 CTPS 89896/882 - Jo. Of. Subst.
☐ - Kleber Calmon Hirdeus
 CTPS 93843/128 - Jo. Of. Subst.

1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
 CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
 E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.
 1583249